



CR PNEUS
**Oficina
na Vila Nova
aposta na
certificação
ambiental**

página 6



SANTA BÁRBARA
**Natureza
e aventura
ajudam
na integração
a Oeste**

página 6



GRATER – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

OLHAR O MUNDO RURAL

N.º 32 . outubro/2020 • grater@grater.pt • www.grater.pt • www.facebook.com/grater.pt • distribuição gratuita

ESTE SUPLEMENTO INTEGRA O JORNAL DIÁRIO INSULAR E NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE



PRORURAL+

Governo dos Açores

PORTUGAL
2020

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa investe nos nossos territórios

páginas 4 e 5

MINISTRA DA AGRICULTURA DESTACA EXECUÇÃO DO PRORURAL + **NOS AÇORES**

Maria do Céu Antunes diz que o
programa pode ser prolongado.



DÉCIO SANTOS
Secretário do Conselho de
Administração da GRATER

EDITORIAL

Continuamos a comemorar

Porque ainda vivemos o espírito festivo das comemorações do nosso 25º aniversário, nesta edição que coincide com o início do outono afigura-se bastante apropriado aquecer a nossa imaginação enchendo-a com um prato cheio de comida mais saudável e sustentável, tendo como aperitivo ou sobremesa – dependendo da preferência – um dos melhores queijos do mundo. Trocando por miúdos, abor-damos, pois, aqui a “Estratégia do Prado ao Prato” e destacamos o importante trabalho do produto do nosso associado João Cota.

Com a barriga reconfortada, estaremos então prontos para deixar, por alguns minutos e com toda a segurança, a tranquilidade do mundo rural e rumar à nossa capital para ler, em entrevista, a senhora Ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, cuja disponibilidade muito nos honra e agradecemos.

O sucesso de uma instituição como a nossa mede-se, sem dúvida, na qualidade dos projetos que apoiamos e no seu impacto nas nossas comunidades seja na vertente de geradores de desenvolvimento económico ou na vertente social. A CR Pneus e a Casa do Povo de Santa Bárbara estão, pois, de parabéns pelo trabalho que realizam em cada um dos domínios elencados e, por isso, merecem destaque nesta publicação, na qual partilhamos consigo, também, mais algumas notícias relevantes do trabalho que desenvolvemos e das oportunidades de apoio que disponibilizamos.

Esperamos que estes conteúdos sejam do seu interesse. Mantenha-se em segurança!

OPINIÃO

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Sustentabilidade Alimentar



BEATRIZ HENRIQUES
Nutricionista

A sustentabilidade alimentar oferece segurança alimentar e nutricional a toda a população. Esta deve ser rentável, ter benefícios para a sociedade e meio ambiente, garantindo que a segurança das gerações futuras não é comprometida. A forma como o alimento é produzido terá um grande impacto na saúde dos seus consumidores e no meio ambiente. Assim, é de extrema importância apoiar os produtores para que estes possam fazer escolhas mais sustentáveis. Por essa razão, a Comissão Europeia propôs a estratégia do Prado ao Prato, tendo como objetivo a construção de uma cadeia alimentar que beneficia os consumidores, os produtores e o meio ambiente. No entanto, para que isso aconteça é importante existirem

mudanças nos hábitos alimentares da população. Como consumidores, sempre que possível devemos comprar a produtores locais, contribuindo desta forma para economizar o combustível, reduzir a emissão de gases e diminuir o desperdício de alimentos durante o transporte; repensar, reduzir, reutilizar e reciclar as embalagens e sacos onde foram transportados os alimentos e evitar o desperdício; optar por uma alimentação mediterrânica, onde o consumo de alimentos de origem vegetal é elevado, o consumo de carnes vermelhas reduzido e o consumo de pescado frequente, o azeite é utilizado como principal fonte de gordura, a água é a bebida de eleição, as confeções culinárias são simples e os alimentos utilizados são pouco processados, frescos, locais e da época; por fim, como consumidores, devemos informar-nos e promover uma alimentação saudável e sustentável, privilegiando alimentos em natureza e alimentos minimamente processados em detrimento de alimentos ultraprocessados (produtos que normalmente apresentam 5 ou mais ingredientes, com aditivos e substâncias como açúcares, óleos, gorduras, sal, antioxidantes, estabilizantes e conservantes). Ajude a contribuir para um desenvolvimento sustentável.

ESPAÇO ASSOCIADO

JOÃO COTA, QUEIJO VAQUINHA

“As Cinco Ribeiras são conhecidas nos quatro cantos do mundo”

À conta da Queijaria Vaquinha, a freguesia das Cinco Ribeiras é hoje um ponto de paragem obrigatório na ilha Terceira. O segredo, conta-nos o proprietário João Cota, associado da GRATER, está no bem receber.

No final dos anos 90, João Cota recebia na Queijaria Vaquinha os primeiros turistas. Uma tarde, viu parar-lhe à porta um autocarro com 50 visitantes. Reagiu com surpresa – sabia que as condições que tinha para oferecer eram ainda incipientes –, mas logo o convenceram de que quem vinha de fora procurava exatamente aquilo: uma experiência rústica, próxima o quanto bastasse das raízes mais rurais da ilha. O empresário deixou-os entrar, viu-os cirandar por entre os queijos e escolheu-os com as próprias mãos e atendeu até ao pedido de um alemão que lhe implorou por um copinho... para bebericar o soro proveniente do produto. Outros tempos.

João Cota sabia que muita coisa teria de mudar para que conseguisse consolidar a sua marca. Não pretendia competir apenas no mercado dos laticínios, já saturado com muita oferta, e, por isso, empregou as suas energias também noutro ramo. Dessa altura, ficou-lhe a noção de que o turismo seria o futuro dos Açores – não havia por que não querer visitar um arquipélago duma beleza natural rara, pura, de clima ótimo – e, então, decidiu investir nas infraestruturas da Queijaria Vaquinha que hoje conhecemos. O investimento pareceu megalómano aos olhos de muitos. “Havia quem achasse que eu era doido, mas o que eu dizia era que mesmo que não fosse para mim, os meus filhos mais tarde poderiam ter retor-



no” conta o empresário.

A verdade é que não passou muito tempo até que o espaço se tornasse pequeno para tanta afluência. As previsões de João Cota cumpriram-se, o turismo cresceu e a Queijaria Vaquinha tornou-se um ponto de paragem obrigatório. Há dois anos, um inquérito permitiu concluir que é o quinto lugar mais visitado da ilha Terceira, ficando apenas atrás do Monte Brasil, da Serra do Cume, do Algar do Carvão e das piscinas naturais dos Biscoitos.

O Vaquinha foi ganhando este espaço com trabalho e dedicação – valores, aliás, que acabaram por fazer, também, com que a queijaria das Cinco Ribeiras se tornasse a sala de estar dos terceirenses. “Conseguimos criar aqui um bom ambiente e isso é muito importante. As pessoas sentem-se bem e nós fazemos por tratá-las bem: oferecemos o queijo, elas acabam por beber uma cerveja ou outra e se gostam

levam para casa. Não podemos pensar só no dinheiro, temos de pensar no cliente e isso faz a diferença. Costumo dizer que primeiro estão as pessoas e que o dinheiro vem por acréscimo. Aliás, sempre que nos pedem para colaborar com festas nós colaboramos. É a forma que encontramos de fazer publicidade direta, que é o melhor tipo de publicidade. Tudo isto tem funcionado”, avança João Cota.

A relação da Queijaria Vaquinha com os seus clientes é, no fundo, o que distingue este lugar. É aqui, por exemplo, que o Carnaval sai à rua ainda antes de ser tempo de o Carnaval sair à rua. Duas semanas antes dos dias da festa, as danças e os bailinhos juntam-se nas Cinco Ribeiras para fazer a folia. João Cota abre-lhes as portas, põe-lhes as mesas e entretém-se a vê-los tocar. “É a festa de que mais gosto”, confessa.

Tudo se constrói à volta de um queijo artesanal – o processo é mesmo quase todo manual –, feito numa empresa que agrega já 10 funcionários, mas que é, na essência, um negócio de uma família que tem sabido compreender o mercado e fazer investimentos à altura. Como o dos iogurtes, por exemplo, um produto de nicho, sem conservantes, cujos equipamentos de fabrico foram apoiados pela Associação de Desenvolvimento Regional. “Foi um apoio bom e acho que a GRATER deve continuar a ajudar esses pequenos projetos, das pequenas empresas, nomeadamente daquelas que dão projeção às freguesias”, defende.

É o caso da Queijaria Vaquinha, cujo nome chega hoje aos quatro cantos do mundo. “Vem aqui gente de todo o lado. Já chegaram a aparecer embaixadores de países que eu não conhecia sequer. Há pessoal daqui que vai para o continente e quando diz que é das Cinco Ribeiras a reação é: ‘ah, isso é onde fica a fábrica do Queijo Vaquinha!’”, sublinha.



ENTREVISTA

MARIA DO CÉU ANTUNES, Ministra da Agricultura

“É previsível que o PRORURAL+ seja prolongado”

Terminado o Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020, é tempo de preparar a entrada das novas ajudas estruturais comunitárias. Enquanto isso não acontece, diz a Ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, é expectável que o PRORURAL+, dos Açores, seja prolongado por mais dois anos.

Qual tem sido, no seu entender, o papel dos Grupos de Ação Local (GAL) na implementação da abordagem LEADER em Portugal e, mais especificamente, nos Açores? Como é que vê a ligação destes grupos com o mundo rural?

O objetivo principal da abordagem LEADER é a diversificação da economia e criação de emprego, a intervenção no património e nos serviços prestados à população e a formação e informação dos agentes económicos, objetivos que têm vindo a ser alcançados tendo em conta as características específicas de cada território e as suas necessidades/potencialidades de desenvolvimento local, configurando uma abordagem territorial bottom-up para a qual contribui a capacidade dos agentes locais para, em parceria, delinearem e implementarem a estratégia de atuação no seu território. De forma mais específica, e no caso do atual PRORURAL+, os principais objetivos são a diversificação da economia para atividades não agrícolas, bem como a criação de serviços a prestar à população, com vista à promoção social, à redução da pobreza, assim como a intervenção no património. Uma ambição que tem em conta as características específicas e as suas necessidades e potencialidades de desenvolvimento, expressas na Estratégias Locais de Desenvolvimento.

A experiência anterior na implementação de iniciativas locais, como sejam os programas Leader II e LEADER +, em que esta abordagem era uma Iniciativa Comunitária e ainda não integrada nos Programas de Desenvolvimento Rural (PDR) que se verificou a partir do período de programação 2007-2013, e a confirmação da motivação existente para o desenvolvimento de iniciativas locais comprovado pelo elevado nível de compromissos existentes para o período 2014-2020 (PRORURAL+), são indicadores inequívocos do interesse existente na Medida LEADER que tem vindo a ser expresso na criação ou melhoria das capacidades existentes nos territórios e na definição de estratégias locais de desenvolvimento mobilizadoras com contributos mui-



to significativos em várias áreas de intervenção como as referidas a seguir com destaque para a criação de emprego.

No âmbito do PRORURAL+ foram aprovadas 4 Estratégias Locais de Desenvolvimento cuja implementação é da responsabilidade dos GAL ADELIAÇOR, GRATER, ARDE e ASDEPR que cobrem todo o arquipélago dos Açores.

Ao nível da submedida 19.2 de Apoio à realização de operações no âmbito da estratégia de desenvolvimento promovido pelas comunidades locais, no final de 2019 existiam aprovações de 278 pedidos de apoio com uma despesa pública de 14,9 M€ (taxa de compromisso de 87,3%), e os pagamentos ascendiam a uma despesa pública de 8,3 M€ (taxa de execução de 48,9%). A despesa pública aprovada concentra-se nas ilhas de São Miguel e Terceira, que perfazem 67% do total, assim como a despesa pública paga (72% do total).

Que áreas de intervenção destaca na implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local?

Em termos de áreas de intervenção a implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local há ainda a destacar várias intervenções. É o caso da Intervenção 6.4 – Investimento na criação e desenvolvimento de atividades não agrícolas: 6 milhões de euros aprovados (85 pedidos de apoio) e 2,7 milhões pagos (49 pedidos de apoio), pelo que 45% da despesa pública aprovada foi paga; intervenção 7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia: 2,4 milhões de euros aprovados (33 pedidos de apoio) e 1,76 milhões

pagos (28 pedidos de apoio), ou seja, 73% da despesa pública aprovada foi paga; intervenção 7.4 – Investimento em serviços locais: 2,5 milhões de euros (73 pedidos de apoio) e 1,5 milhões pagos (52 pedidos de apoio), ou seja, 60% da despesa pública aprovada foi paga; intervenção 7.5 – Investimento em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas: 2,25 milhões (33 pedidos de apoio) e 1,5 milhões de euros pagos (23 pedidos de apoio), ou seja, 67% da despesa pública aprovada foi paga; intervenção 7.6 – Investimento associado ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental: 1,76 milhões de euros (54 pedidos de apoio) e 0,875 milhões pagos (37 pedidos de apoio), ou seja, 50% da despesa pública aprovada foi paga.

Em termos de indicadores de impacto, importa referir que a taxa de realização da meta definida para 2023 relativamente à criação de empregos em projetos apoiados no final de 2019 já tinha atingido 93,75% correspondente a 75 empregos. Dados mais atuais disponibilizados pela Autoridade de Gestão PRORURAL+ para o Boletim informativo PT2020, apontam para que até 31 de Agosto de 2020, 91% da despesa pública programada encontrava-se comprometida (309 milhões de euros) e 72% paga (245 milhões de euros).

A abordagem LEADER é, assim, um dos instrumentos de políticas públicas existentes essenciais para as respostas a dar às necessidades locais do mundo rural decorrentes das tendências crescentes ligadas ao despovoamento, envelhecimento da população rural e a centralização de serviços públicos com as consequências ao nível económico, social e ambiental.

A aplicação do regulamento de transição ao LEADER é importante, uma vez que é expectável um período de transição de dois anos. Considerando o desempenho dos GAL dos Açores na implementação do LEADER/DLBC – em que se verificam taxas de compromisso superiores a 90% – é expectável que, em 2021 e 2022, possam abrir novos concursos para submissão de candidaturas, beneficiando de verbas da transição, isto é do novo dinheiro?

Sim, tendo em conta o nível de compromissos e de execução do PRORURAL+ é previsível que venha a ser apresentada uma proposta para o seu prolongamento para os anos 2021 e 2022, que, depois de aprovada, permitirá pelas regras de transição que estão atualmente em discussão ao nível do Conselho e Parlamento Europeu, a abertura de novos concursos e a apresentação de novas candidaturas.

Estando em fase final a conclusão das negociações sobre a Política Agrícola Comum, quais os aspetos que ainda estão em cima da mesa e que necessitam de uma maior clarificação?

Um aspeto essencial visa assegurar um período de transição adequado entre a atual PAC e a PAC futura. A proposta de regulamento de transição ao nível do Conselho alarga a aplicabilidade do quadro jurídico existente ao ano de 2021 e 2022 enquanto, em simultâneo, visa assegurar uma transição suave para o próximo período da PAC. O processo de aprovação por parte da Comissão do plano estratégico da PAC deve ser baseado num diálogo estruturado com o Estado-Membro seguindo critérios objetivos e o princípio da transparência. Defendemos ainda um novo modelo de prestação da futura PAC exequível e simplificado, havendo neste âmbito ainda aspetos a melhorar.

Considerando que no próximo período de programação existirá um Plano Estratégico Nacional para o país, que integrará as Regiões Autónomas, situação diferente da verificada no atual período de programação, em que existiam três programas de desenvolvimento rural, como está a ser desenhada esta nova arquitetura, tendo por base esta nova realidade?

A regulamentação comunitária no que se refere ao Plano Estratégico da PAC ainda se encontra em fase de discussão ao nível do Conselho Europeu, encontrando-se estipulado no seu articulado provisório que cada Estado-Membro designa uma Autoridade de Gestão para o seu Plano Estratégico da PAC, que será o único interlocutor junto da Comissão Europeia. A proposta prevê, no entanto que, tendo em conta as disposições constitucionais de cada país, possam ser designadas autoridades a nível regional nas quais poderão ser delegadas competências de gestão e implementação.

No próximo período de programação em que o Desenvolvimento Local de Base Comunitária está integrado num Plano Estratégico Nacional, que mudanças antevê para o LEADER / DLBC, em Portugal?



O processo de discussão dos regulamentos da PAC para o período 2021-2027, que inclui o Regulamento dos planos estratégicos da PAC (PEPAC), continua a decorrer ao nível do Conselho de Ministros da União, incluindo discussões ao nível técnico, não tendo o Conselho e o Parlamento Europeu até à data acordado nas emendas a efetuar à proposta inicial feita pela Comissão Europeia.

O Ministério da Agricultura tem vindo a desenvolver os trabalhos de elaboração do Plano Estratégico da PAC, em articulação com as autoridades regionais, sob coordenação do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração-Geral (GPP), de forma faseada, nomeadamente no que se refere à elaboração das diferentes análises, diagnósticos e SWOTs, estando a esta data elaborada a identificação das necessidades e uma primeira versão da Lógica de Intervenção, documento que articula as necessidades identificadas com as tipologias de intervenções previstas regulamentarmente. Todo este processo é dinâmico, tendo ainda de ser ajustado em função do que vier a ser acordado da negociação regulamentar em curso. Salientaria neste âmbito a existência de reuniões regulares do Conselho de Acompanhamento da Revisão da Política Agrícola Comum, que tem como missão realizar uma reflexão nacional aprofundada sobre os desafios que a agricultura portuguesa terá de enfrentar no futuro, assim como sobre os pressupostos de uma estratégia que suporte e oriente a política agrícola nacional no quadro da futura PAC para o período após 2020, sendo constituída por um Painel de Peritos e por uma Comissão de Representantes.

Sinalizaria, ainda, que na composição da Comissão de Representantes tem assento a Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local.

Por outro lado, também se prevê que este delineamento estratégico seja inclusivo e participativo e alvo de vários processos de consulta alargada, que incluirão os parceiros económicos e sociais bem como as entidades represen-

tativas da sociedade civil, onde se incluem as Organização não-Governamentais, para que todas a partes interessadas possam dar o seu contributo para a elaboração PEPAC nacional que orientará a aplicação da futura PAC em Portugal, resultando assim num processo de participação alargado.

Quaisquer alterações ou eventuais mudanças estratégicas, designadamente em matéria de aplicação da abordagem Leader, terão de ser discutidas nestes diversos níveis por forma a que o Plano Estratégico da PAC possa responder aos desafios que se colocam em termos de produção agrícola acessível e adequada a todos, resiliência do território, garantia de direitos e rendimentos justos aos trabalhadores do setor agrícola e da preservação da biodiversidade e do clima.

Atualmente, e conhecendo o envelope financeiro do FEADER para Portugal, no âmbito QFP2021-2027 e do Plano de Recuperação, já nos pode avançar que percentagem deste envelope financeiro será reservada ao LEADER/DLBC?

As conclusões do Conselho Europeu de 17 a 21 de julho de 2020 refletem um pacote que combina o clássico QFP com um esforço de recuperação extraordinário destinado a fazer face aos efeitos de uma crise sem precedentes - Next Generation EU, que funcionam em conjunto.

Tanto o Next Generation EU, como o QFP ajudarão a transformar a União Europeia através das suas principais políticas, nomeadamente o Pacto Ecológico Europeu, a revolução digital e a resiliência.

À data ainda é ainda prematuro avançar com valores concretos, mas em termos de percentagens do envelope financeiro do FEADER estaremos a falar de uma percentagem indicativa expectável de, no mínimo, 5%.

Que mensagem gostaria de deixar aos GAL e mais especificamente aos GAL dos Açores?

A prática da abordagem LEADER tem demonstrado que o desenvolvimento local integrado influencia um amplo espectro de atividades com impacto significativo nas economias locais e na criação de emprego, muito para além apenas do setor primário. Em Portugal, esta abordagem bottom-up passou a incorporar prioridades estratégicas muito concretas e significativas relativamente ao setor agroalimentar ao nível local, concretizadas, no caso dos apoios LEADER, por via dos seus Programas de Desenvolvimento Rurais.

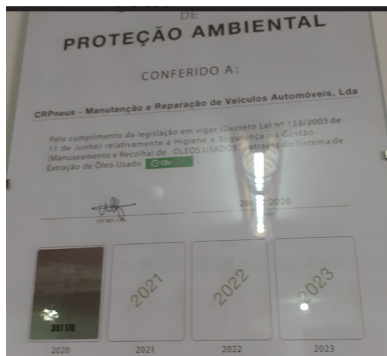
Em momentos de transição entre quadros comunitários é importante salientar a necessidade de uma abordagem participativa que mantenha as estratégias de desenvolvimento local em consonância com a evolução das condições de vida e de trabalho das populações, adaptando-as em conformidade.

É ainda importante referir que o trabalho desenvolvido pelos GAL deve ser visível a todos e que seja efetuada uma avaliação contínua da aplicação das estratégias de desenvolvimento local através de um modelo baseado em resultados e da avaliação do desempenho e dos seus impactos a longo prazo.

PROJETOS EXEMPLARES

CR PNEUS

Uma oficina com preocupações ambientais



C e R são as iniciais de Catarina e Ricardo Rocha. Juntos coordenam a CR Pneus, oficina sediada na Vila Nova. Não é um espaço qualquer. Ali, a nordeste da ilha Terceira, há preocupações com o ambiente. Limpar, não desperdiçar e reduzir são palavras de ordem. Não foi por acaso que o lugar recebeu, este ano, o selo que atesta as boas práticas ambientais. Sim: na Terceira há uma oficina com ecocertificação.

O processo, conta Catarina Rocha, causou estranheza até às entidades certificadoras e foi difícil, inclusive, passar a mensagem do que se pretendia e do que era possível fazer na oficina. “Estas preocupações com o ambiente não são comuns na nossa área de negócio. Tivemos de explicar o que era um separa-

dor de hidrocarbonetos, como é que podíamos ser mais limpos nas mudanças de óleo, como é que poderíamos reduzir nos gastos de papel e energia... Nós queríamos, por um lado, desmistificar esta ideia de que as oficinas são lugares sujos e, por outro, diferenciá-las no mercado. Por isso era tão importante para nós esta ecocertificação – apesar das dificuldades que encontrámos”, avança.

Conseguir o selo que atesta as boas práticas ambientais foi um passo relevante, sobretudo numa altura em que as empresas tentam, a todo o custo, manter-se à tona nestes tempos difíceis, em que a pandemia leva a consumir menos. Não é que a CR Pneus tenha sentido uma

diminuição no negócio – pelo contrário, foi preciso contratar mais gente –, mas é a diferenciação que vai garantir a sustentabilidade no longo prazo, acreditam Catarina e Ricardo Rocha.

Foi com os olhos postos nestes dois objetivos – na ecocertificação e na distinção – que a oficina submeteu um projeto à GRATER, na medida 19.2 do PRORURAL +, num montante de investimento de 145.481,02€, elegível em 130.127,65€ e participado a 70%, atendendo à criação de um posto de trabalho. Pretendia, enfim, expandir o negócio, com a prestação de novos serviços, como a pré-inspeção, a retificação de discos e o diagnóstico. Para isso,

ampliou-se a área de trabalho e adquiriram-se equipamentos para as novas atividades de mecânica, mas também material que ajudou no processo de ecocertificação – lâmpadas LED e ecopontos. Segundo os beneficiários, tratou-se de uma ajuda essencial. “Sem isto não conseguiríamos o selo”, avança Catarina Rocha.

Hoje, a CR Pneus conta com nove funcionários – incluindo aqueles que contratou durante a primeira vaga de COVID-19 nos Açores. Fê-lo totalmente por conta própria, sem ajuda do Estado – e lamenta, aliás, que não haja uma linha de apoio também para as empresas que se mantiveram em laboração, sem cortes, ainda que com as dificuldades que todos sentiram. Apesar disso, apresentam-se todos os dias ao trabalho, com a certeza de que o futuro reserva dias bons. “Acima de tudo, diferenciamos pela sinceridade no trabalho, pela responsabilidade, pela honestidade com o cliente... e pela nossa simpatia!”, conclui a beneficiária.



CASA DO POVO DE SANTA BÁRBARA

Incluir através da aventura



Incluir é uma das missões da Casa do Povo de Santa Bárbara. Há anos que o organismo implementa estratégias de ocupação de idosos, promoção de bem-estar entre os jovens e integração de crianças em risco. São tarefas de todos os dias, que exigem compromisso e criatividade.

O projeto “100 risco” é exemplo disso mesmo. Destinado a adolescentes de toda a ilha – mas com maior incidência na zona oeste da Terceira, das Cinco Ribeiras à Serreta – tem em vista a inclusão social através da educação não formal. Quem o explica é Durval

Santos, presidente da Casa do Povo. “Ensinamos conceitos de cidadania, ambiente, psicomotricidade e isto é feito ao ar livre, através de um conjunto de atividades ocupacionais e do desporto de aventura, como o rapel, a escalada, o campismo, o BTT, a canoagem... Chamamos-lhes atividades de risco saudável e pretendemos mostrar às crianças e aos jovens que há riscos que podem correr e que não lhes causam danos pessoais, sociais e de desenvolvimento”, explica.

A ideia foi apoiada pelo PRORURAL + através da GRATER.

Em causa esteve a aquisição de equipamento reconhecido e homologado, adquirido em lojas da especialidade, nomeadamente para montanhismo, campismo, paintball, bicicletas, kayaks, arcos e flechas, carabinas, insufláveis e uma cadeira adaptada para trilhos – destinada a pessoas com mobilidade reduzida. Do montante de investimento proposto, 27.881,88€, considerou-se elegível o montante de 22.814,62€, participados a 100% pelo FEADER e pelo ORAA, dado tratar-se de uma iniciativa de cariz marcadamente social.

E o “100 risco” está aí, em marcha, e com resultados claros, garante Durval Santos. “Conseguimos ajudá-los a ultrapassar medos e dependências, não só de substâncias lícitas e ilícitas, mas também

uma que hoje é muito clara – a dependência digital, dos telemóveis. Vemos que estes miúdos têm dificuldades na marcha, na destreza física e na comunicação e nós conseguimos fazer com que ultrapassem isso, ao mesmo tempo em que aprendem valores como a igualdade, a tolerância, a cooperação, a partilha. Esta componente de grupo, a pressão dos pares é muito importante neste processo. Ajuda-os com questões cognitivas e emocionais”, acrescenta.

O trabalho da Casa do Povo de Santa Bárbara não termina aí. Os jovens seguidos pelo organismo têm, também, estudo acompanhado – assinam certificados de compromisso e prometem dar o seu melhor. A partir daí é vê-los crescer – cidadãos responsáveis, inclusivos e tolerantes.

NOTÍCIAS

Governo Regional defende reforço do POSEI

O Secretário Regional da Agricultura e Florestas afirmou no passado dia 27 de setembro, na ilha Terceira, que o Governo Regional está a trabalhar em várias frentes com o objetivo de garantir o reforço da dotação orçamental do programa POSEI, um instrumento financeiro considerado essencial para compensar os agricultores pelos sobrecustos da produção.

“Temos trabalhado no plano regional, nacional e europeu pelo reforço dos fundos comunitários alocados ao POSEI, por serem essenciais para compensar sobrecustos, estimular o crescimento das produções, incentivar o aumento dos regimes de qualidade, ajudar a manter a atividade agrícola dos produtores mais pequenos, bem como para impulsionar a qualidade e a valorização das produções agrícolas”, afirmou João Ponte.

O titular da pasta da agricultura, que falava na Praia da Vitória, à margem de um evento de promoção de carne de bovino maturada da raça Aberdeen-Angus, frisou que apesar de ainda não estarem definidos os fundos comunitários referentes à Agricultura e Pescas, o reforço efetivo já alcançado pelos Açores em termos globais de fundos comunitários é motivo de



satisfação – embora, adiantou, tal não deva significar indiferença ou desvalorização quanto àquilo que ainda importa alcançar, nomeadamente para o setor da agricultura, num quadro em que ainda nada está garantido.

João Ponte lembrou, ainda, que, desde 2017 que o Governo Regional está a trabalhar na revisão da Política Agrícola Comum (PAC) pós 2020, em articulação com a Federação Agrícola dos Açores, com os membros do Conselho Regional da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e com o Governo da República, no sentido do reforço

dos fundos comunitários para a agricultura nos Açores, designadamente no POSEI.

Por outro lado, considerou que o compromisso assumido pelo antigo Comissário Europeu da Agricultura, Phil Hogan, na sua visita aos Açores, em junho de 2018, de que não haveria redução nas verbas do POSEI na próxima PAC, bem como o relatório aprovado pela Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, de 1 de abril de 2019, ou ainda a declaração que o mesmo órgão adotou a 30 de junho sobre o Regulamento de Transição da PAC e o Quadro Financeiro Plurianual, que

vão neste mesmo sentido, “não podem ser agora ignorados pelos decisores europeus”.

“A verdade é que este dossier do POSEI ainda não está fechado. Tem sido alvo de avanços e retrocessos, que nos obrigam a estar permanentemente atentos e combativos”, afirmou João Ponte, acrescentando que “independentemente do que vier a ficar definido, o Executivo já reafirmou por diversas vezes ao Governo da República que os agricultores açorianos devem ter o mesmo aumento nas ajudas relativas ao primeiro pilar que terão os agricultores continentais”.

João Ponte frisou que o Governo Regional tem procurado, em diferentes momentos e com diferentes interlocutores, dentro e fora da Região, alertar e exercer pressão para a necessidade de os fundos deste programa serem reforçados, dado a sua importância para o desenvolvimento sustentável da agricultura na Região, até porque a atual dotação do POSEI, que se tem mantido constante, é considerada insuficiente para atender ao crescimento verificado nas produções agrícolas e para compensar os aumentos dos custos de produção registados nos últimos anos.

GRATER participa em sessão sobre medidas de apoio às empresas

A GRATER participou, no passado dia 18 de setembro, numa sessão de esclarecimento sobre as medidas de apoio à retoma, no pós-COVID-19. O encontro, que decorreu na Academia da Juventude e das Artes da Ilha Terceira, na Praia da Vitória, foi promovido pela vice-presidência do Governo Regional que, na ocasião, apresentou não só o guia orientador das Medidas de Apoio às Empresas e ao Emprego, como também a linha telefónica específica para esclarecimentos de questões técnicas, 800 027 027.

O documento em causa reúne, em 32 páginas, as informações dos apoios criados e das medidas implementadas pelo Executivo



açoriano, no contexto das condições atípicas provocadas pela pandemia de COVID-19. Este guia está a ser distribuído em formato físico e é também dis-

ponibilizado de forma digital, no endereço <https://assets.adobe.com/public/80ec6763-d6ce-4813-5909-5e245030a6b5>.

Já a linha telefónica pretende

constituir-se um auxílio permanente no apoio às empresas e aos empresários, disse Sérgio Ávila, vice-presidente do Executivo açoriano, que falava na abertura da sessão de esclarecimento e na apresentação das medidas direcionadas ao apoio ao emprego, às empresas e ao rendimento das famílias criadas pelo Governo Regional.

Na prática, adiantou o governante, este serviço telefónico vai ser prestado em permanência por quatro técnicos, dois da área do emprego e dois das áreas do investimento e da competitividade empresarial, “devidamente habilitados e conhecedores dos processos para esclarecer todas as dúvidas e questões”.

NOTÍCIAS

Relatório perspectiva áreas rurais do futuro



Foi recentemente publicado, no âmbito do projeto SHERPA - Sustainable Hub to Engage into Rural Policies with Actors, um relatório que resume um conjunto de estudos prospetivos com cenários para o futuro das áreas rurais, que têm sido apresentados nos últimos anos no âmbito de projetos e trabalhos de investigação. O relatório inclui também a identificação de tendências e de alguns dos seus possíveis impactos.

O documento divide-se em três secções principais: revisão de exercícios de previsão e cenário; análise de megatendências globais e análise de tendências, motivadores e impactos de particular relevância para as áreas rurais.

O documento identifica cenários relevantes prospetivos para as áreas

rurais e algumas das questões que serão priorizadas na agenda futura. SHERPA é um projeto financiado pelo programa HORIZON 2020, que visa reunir conhecimentos que contribuam para a formulação de recomendações para futuras políticas relevantes para as áreas rurais da União Europeia, reunindo parceiros de várias áreas e criando uma interface ciência-sociedade-política.

No âmbito do projeto está a ser desenvolvida uma rede de 40 Plataformas Multi-Ator (Multi-Actor Platforms - MAP), em toda a União Europeia. Estas plataformas servirão para intercâmbio de ideias, co-aprendizagem e co-criação de conhecimento a nível regional. A Federação Minha Terra integra a MAP da Região Centro de Portugal.

Associação marca presença no I Congresso Internacional de Turismo Marinho e Pesca-turismo

Decorreu, no passado dia 24 de setembro, o I Congresso Internacional de Turismo Marinho e Pesca-turismo. Tratou-se de um webinar, promovido no âmbito do projeto “Mar das illas”, desenvolvido pelos Grupos de Ação Local do setor pesqueiro das Rias Baixas, em Espanha – GALP Ría de Pontevedra, Ría de Arousa e Ría de Vigo – A Guarda.

No encontro debateram-se questões como a implementação europeia do turismo marinho e da pesca-turismo, o turismo enquanto contribuição para a pesca sustentável e as oportunidades ligadas à

pesca-turismo. Marcaram presença neste webinar personalidades como Carlos Aldereguía Prado, do Secretariado das Pescas, do Ministério da Agricultura e Pescas do Governo espanhol; Maria Nava Castro Domínguez, Diretora do Turismo da Galiza; Rosa Maria Quintana Carballo, Ministra das Pescas do Governo Regional da Galiza; Marta Edreira García, coordenadora da FARNET; Luís Rodrigues, Diretor Regional das Pescas dos Açores; José Manuel Rosas, presidente da Federação Provincial das Associações de Pescadores de Pontevedra, entre outras.

CURIOSIDADES

do mundo rural

Preparar o corpo para os dias frios

Ainda a temperatura está na casa dos 20º e logo começam os primeiros espirros da mudança de estação. Com o prenúncio do tempo frio, ameaçam as gripes e as constipações. O melhor é preparar o corpo para o inverno que está a chegar. O reforço do sistema imunitário é a resposta para tentar evitar males maiores. Como fazê-lo? Através da alimentação, da hidratação, do exercício físico, mas também das boas noites de sono.

Primeiro, é preciso ter em conta o que se come. Há alimentos que, pela sua composição natural, são bons aliados de um organismo saudável e pronto. É boa ideia, por exemplo, apostar em antioxidantes (frutas – maçã, tomate, laranja, limão, quivi –, chocolate negro, alcachofra, café, feijão, chá verde, vegetais de folhas verdes – espinafres – e peixes oleosos); em cogumelos, igualmente ricos em antioxidantes e vitamina B, mas também em selénio (quando os níveis de selénio são baixos, mais expostos ficam os organismos às gripes e às constipações); sementes de abóbora (ricas em zinco, mineral que regula a função das células do sistema imunitário); amêndoas (detentoras de vitaminas E e B3 que, para além de fortalecerem o sistema imunitário, ajudam a combater o stress); io-

gurte (que contém bactérias que ajudam a enfrentar as doenças inflamatórias do intestino, sendo que mais de 70% das células imunológicas do corpo estão localizadas nas paredes intestinais); alho (um superalimento, composto por alicina, que não só combate diretamente a *Helicobacter pylori*, uma bactéria associada à gastrite, úlceras e neoplasia do estômago, como também estimula a atividade celular do sistema imunitário); e batata doce (cujas propriedades antioxidantes podem estar ligadas ao combate do envelhecimento e à redução do aparecimento de alguns tipos de neoplasia).

Na tarefa de reforçar o sistema imunitário importa, ainda, o exercício físico. Um estudo da revista *Medicine & Science in Sports & Exercise* revelou que as caminhadas rápidas e regulares aumentam a circulação dos glóbulos brancos – células imunológicas que matam os agentes causadores de doenças. Efeitos positivos podem ser retirados, ainda, das boas noites de sono – que melhoram a produção de citocinas anti-inflamatórias –, e da redução do consumo de álcool e açúcar, responsáveis pela diminuição da capacidade do corpo de produzir glóbulos brancos. Com o inverno à porta, é tempo de mudar de hábitos.

